

Jether Pereira Ramalho  
Maria Helena Arrochellas  
(Organizadores)

Francisco Orofino • Guilherme Delgado  
Mário Theodoro • Plínio de Arruda Sampaio  
Plínio de Arruda Sampaio Jr. • Victor Vincent Valla

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Desenvolvimento, subsistência e trabalho informal no Brasil / Jether Pereira Ramalho, Maria Helena Arrochellas. (organizadores). – São Paulo : Cortez ; Petrópolis, RJ : Centro Alceu Amoroso Lima para a Liberdade - CAALL, 2004.

Vários autores.

Bibliografia.

ISBN 85-249-1055-0 (Cortez)

1. Brasil - Condições econômicas 2. Brasil - Política econômica  
3. Desenvolvimento econômico - Aspectos sociais 4. Economia de  
subsistência - Brasil 5. Economia informal - Brasil I. Ramalho, Jether  
Pereira. II. Arrochellas, Maria Helena.

04-4941

CDD-330.981

**Índices para catálogo sistemático:**

I. Brasil : Modelo socioeconômico e político da sociedade  
brasileira 330.981

# Desenvolvimento, subsistência e trabalho informal no Brasil

 **CORTEZ**  
EDITORA

 **CENTRO**  **ALCEU AMOROSO LIMA**  
PARA A LIBERDADE

## 3

As características do mercado de trabalho e  
as origens da informalidade no Brasil\*

Mário Theodoro

## Introdução

O presente artigo pretende resumir os aspectos essenciais de formação do mercado de trabalho brasileiro. Privilegia-se aqui a idéia de que a ação estatal teve um papel determinante na formação do mercado de trabalho. De fato, o Estado assumiu uma importância central em alguns momentos decisivos da história econômica brasileira, como no episódio da Abolição da escravatura, ou no próprio processo de modernização econômica iniciado nos anos 1930. Em suma, buscar-se-á apresentar, de uma maneira resumida, os contornos principais da história do mercado de trabalho, e que, em última análise, conformam o seu perfil atual.

Uma observação se faz ainda necessária. Em razão da forma sob a qual se apresentam os dados estatísticos, nós utilizaremos algumas vezes de expressões como "setor informal", "atividade informal", "setor

---

\* Este texto foi originalmente concebido como um dos capítulos da tese de doutorado intitulada *L'intervention étatique sur l'informel au Brésil*. Université Paris I. Panthéon-Sorbonne. Paris, 1998.

não estruturado”, para delimitar uma parte da força de trabalho que engloba os trabalhadores não inseridos nas relações assalariadas, ou seja, aqueles que se dedicam ao trabalho autônomo e a atividades de pequena escala organizados em microunidades de produção de bens ou de serviços, assim como os assalariados não declarados e aqueles trabalhadores sem remuneração. Esse é um universo mais ou menos consensual. Da mesma forma, nós utilizaremos algumas informações sobre o setor informal, aceitando implicitamente as delimitações propostas por outros autores e/ou por outras fontes de dados sem prejuízo do que apresentamos em artigos anteriores.

## 1. Da escravidão aos anos 1930

### 1.1. A transição para o trabalho livre

Para melhor conhecer as raízes históricas do mercado de trabalho no Brasil, deve-se remontar ao século XIX, no início do qual (e até 1888) a economia baseava-se na escravidão. Esse período caracteriza-se por profundas transformações. É um século durante o qual o país foi colônia até 1808, Império de 1808 até 1889, e finalmente tornou-se uma República. Não consistiu tal período tão-só em uma etapa marcada pela mudança da organização política, mas sobretudo em uma fase de transformação política e social sem precedente na história do país<sup>1</sup>. Entretanto, transformações comparáveis não se processaram na economia. Durante todo o período, a economia brasileira continuava organizada em torno da produção de artigos tropicais (café, açúcar, algodão) para o mercado europeu. Pelo menos até a década de 1850, não existiam formas alternativas de organização dessa produção, além daquela apoiada no trabalho escravo. De acordo com Kowarick:

“No decorrer dos séculos, forjou-se, assim, uma sociedade de características estamentais, que se antepunha ao surgimento de modalidades produtivas outras” (1994: 27).

1. Sobre esse tema, ver Costa (1985); Fernandes (1969); e Prado Júnior (1945).

Essa situação vai suscitar, de outro lado, a existência de um contingente crescente de “livres e libertos” que se mantinha fora do binômio senhor-escravo, e que não encontrava outras atividades além do trabalho ocasional e daquela de subsistência, quando não estivessem em situação de privação de trabalho.

“Exploração do tipo compulsório, de um lado, e massa marginalizada, de outro, constituem amplo processo decorrente do empreendimento colonial-escravocrata, que iria se reproduzir até épocas tardias do século XIX. Sistema duplamente excludente, pois a um só tempo cria a senzala e gera um crescente número de livres e libertos, que se transforma nos desclassificados da sociedade” (ibid.: 58).

O Brasil escravista contava, no início do século XIX, com 3 milhões de habitantes, dos quais 1,6 milhão eram escravos; havia 400 mil negros e mulatos libertos e um milhão de brancos,<sup>2</sup> o que faz com que os escravos representassem mais de 50% da população. No que se refere ao contingente de homens livres e libertos, observa-se um crescimento significativo no decorrer dos anos 1800. À época da Abolição da escravatura, os livres e libertos representavam um contingente de cerca de dez milhões de indivíduos, enquanto que na condição de escravos mantinham-se tão somente 720 mil indivíduos, de acordo com as estimativas de Conrad, apresentadas por Kowarick (ibid.). A maior parte da população livre e liberta estava, entretanto, inserida no que Furtado (1970) chamou de setor de subsistência.

Essa situação vai explicar, de acordo com o referido autor, por que a substituição da mão-de-obra escrava não se realizou internamente com a força de trabalho nacional disponível, ou seja, por que se utilizou o artifício da imigração para ocupar os postos de trabalho que tinham sido liberados pelos escravos. Com efeito, de acordo com Furtado, a parcela da população que vivia da economia de subsistência não seria bem adaptada ao trabalho assalariado regular; além disso, ainda de acordo com o autor, tratava-se de uma população difícil de ser recrutada devido à sua dispersão em vastas áreas territoriais (Furtado, 1970: 153-154).

2. Estimativas de Malheiros (1866), in Kowarick (1994: 33).

O marco inicial da transição para o trabalho livre foi dado pela Abolição do tráfico de escravos, em 1850.<sup>3</sup> O fim do fluxo de novos escravos teve como desdobramento, para os anos subsequentes, o enfraquecimento do próprio sistema escravocrata, devido sobretudo às más condições de reprodução da força de trabalho cativa nacional. Para se ter uma idéia das péssimas condições de vida dos escravos no Brasil, observe-se a comparação realizada por Kowarick sobre as trajetórias brasileira e americana em termos de evolução do contingente de escravos no século XIX:

“Ambos os países no início do século XIX, tinham, aproximadamente, 1 milhão de trabalhadores cativos. Nos cinquenta anos subsequentes, o Brasil importa cerca de 1 milhão e 600 mil, contingente três vezes maior que aquele que foi levado para os Estados Unidos. As condições de reprodução em ambos os países assumem sua feição real quando se sabe que, entre 1860 e 1870, a população escrava americana era de 4 milhões, enquanto que a brasileira atingia, apenas, cerca de 1 milhão e 500 mil” (Kowarick, 1994: 59).

Nesse contexto, em que as condições de vida a que estavam submetidos os escravos eram particularmente ruins, a importação de escravos novos constituía uma etapa necessária à manutenção do sistema escravista brasileiro. O fim do tráfico, resultado sobretudo das pressões exercidas pela Inglaterra,<sup>4</sup> significou, assim, um duro golpe à continuidade do sistema escravista.

Um outro momento importante foi representado pela Lei do Ventre Livre de 1871, resultado de um intenso debate sobre o fim da escravidão e sobre o futuro da economia baseada no trabalho livre.<sup>5</sup> Em defesa do fim da escravidão destacou-se a atuação da vertente progressista do movimento republicano emergente nas grandes cidades, notadamente no Rio de Janeiro, a partir de 1870. Ativos defensores dos valores representados pela divisa “Liberdade, Igualdade, Fraternidade”, os republicanos urbanos vão lograr, ao menos num primeiro momento, introduzir a

3. “De fato, não obstante a abolição do tráfico formal ter ocorrido em 1826 e, cinco anos após, serem declarados livres os negros que aportassem em terras brasileiras, a importação de africanos só terminaria efetivamente em 1850” (Kowarick, 1994: 44).

4. Ver Fausto (1995: 186-208).

5. Ver Lamounier (1988).

questão da Abolição dentro de uma perspectiva de transição, cuja idéia principal era a do seu desaparecimento gradual acompanhado da garantia ao trabalho para aqueles que viessem a ser liberados.<sup>6</sup>

Entretanto, outra vertente republicana, composta por representantes dos estados de maior influência, política e economicamente, sustentava posições diferentes no que se referia à utilização e ao destino da mão-de-obra dos escravos que viessem a ser libertados. São sobretudo os grandes fazendeiros do Oeste Paulista — à época a região mais dinâmica da produção do café — que vão achar perigoso manter-se dependente do trabalho dos ex-escravos, desconfiando ainda da possibilidade de se contar com os livres e libertos, tidos como avessos às atividades laborais. Além do mais, também era objetivo dessa elite política o “branqueamento da nação” (Lamounier, 1988: 147). Apresentarão, assim, a proposta de imigração subvencionada, o que permitirá a chegada em massa de trabalhadores europeus financiada em grande parte pelo governo.<sup>7</sup> A substituição da mão-de-obra escrava pelos imigrantes começou, assim, mais de 30 anos antes da Abolição. De acordo com os dados disponíveis, entre 1864 e 1887, o número de escravos no país diminuiu de 1,7 milhão para 720 mil, enquanto, entre 1872 e 1881, 218 mil imigrantes entraram no Brasil.<sup>8</sup> A percentagem de escravos no total da população, que era de mais de 50% no início do século XIX, será, dessa forma, reduzida dramaticamente até 16% em 1874, alguns anos antes do fim da escravidão.

O perfil de ocupação da força de trabalho assumirá então nova conformação. Enquanto a mão-de-obra imigrante chega ao país e se ocupa cada vez mais da produção de café, uma parte crescente da população liberada, até então escrava, vai se juntar ao contingente de homens livres e libertos, a maioria dos quais dedicava-se seja à economia de subsistência, seja a alguns ramos assalariados — especialmente nos pequenos

6. Lamounier (1988: 147); Prado Júnior (1960: 195-206); e Fausto (1995: 221-231).

7. A maioria dos imigrantes, por essa época, era de origem italiana. Por conta da crise que assolava a Itália naquele momento, “principalmente na região do Veneto, grande contingente de pequenos proprietários e meeiros foi forçado a proletarianizar-se, sem que a economia italiana tivesse condições de incorporar essa massa de disponíveis em outras atividades econômicas” (Kowarick, 1994: 91).

8. Ver Kowarick (1994: 46-47 e 71).

serviços urbanos. O nascimento do mercado de trabalho ou, dito de outra forma, a ascensão do trabalho livre, como base da economia, foi acompanhada pela entrada crescente de uma população trabalhadora no setor de subsistência e em atividades mal remuneradas.<sup>9</sup> Esse processo vai dar origem ao que, algumas décadas mais tarde, será denominado o "setor informal" no Brasil.

Mas a transição para o trabalho livre merece uma análise um pouco mais acurada. De fato, esse fenômeno não se desenvolveu de forma homogênea em todo o país, já então marcado por diferenças regionais significativas. O maior dinamismo econômico, baseado na produção de café, assim como na indústria nascente, concentrava-se na região Centro-Sul, especialmente nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais (na região da Zona da Mata). A partir de 1830, as necessidades crescentes de mão-de-obra sobretudo na economia do café vão levar a uma concentração cada vez maior do contingente de escravos naquelas regiões. Assim, a porcentagem de escravos brasileiros vivendo no Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, com relação ao conjunto da população escrava, passou de 36,7% a 51,1% entre 1864 e 1874.<sup>10</sup> Só entre 1850 e 1885, as áreas produtoras de café desses três estados compraram cerca de 350.000 escravos, a maioria dos quais vinda de outras regiões do país.<sup>11</sup>

Na segunda metade do século XIX, a mão-de-obra imigrante começa a substituir os escravos, principalmente nos centros mais dinâmicos da economia. No início, são as novas regiões produtoras de café, sobretudo do Oeste Paulista, que vão receber os migrantes europeus. Especialmente após 1874, a substituição do trabalho escravo acelerou-se.

"Nas vésperas da Abolição, enquanto os escravos dos cafezais fugiam das fazendas, muitos dos quais desciam a serra do Mar amontoando-se nas favelas de Santos, imigrantes italianos faziam o percurso inverso, dirigindo-se para as plantações" (Kowarick, 1994: 86).

9. "Se bem não existam estudos específicos sobre a matéria, seria difícil admitir que as condições materiais de vida dos antigos escravos se hajam modificado sensivelmente, após a abolição, sendo pouco provável que esta última haja provocado uma redistribuição de renda de real significação" (Furtado, 1970: 138).

10. Ver Kowarick (1994: 46-47; 60-61).

11. Ver Gorender, *op. cit.*, p. 325.

Na região Nordeste, contudo, constata-se uma situação diferente. Como área originalmente fornecedora de mão-de-obra escrava para a região do café, o Nordeste já havia iniciado a substituição do regime de trabalho escravo a partir de 1850. Os trabalhadores nacionais livres ou libertos foram progressivamente incorporados para preencher o espaço deixado pelos escravos levados para o Centro-Sul. No Nordeste, pelo menos duas barreiras impediram a dispersão dos livres e libertos: de um lado, a grande distância das regiões de fronteira da economia de subsistência; e, de outro, as regiões urbanas, que já apresentavam problemas em decorrência dos excedentes de população. De certa forma, para os antigos escravos assim como para os trabalhadores livres, não havia alternativas ao antigo trabalho. Apesar da existência de um fluxo considerável de ex-escravos para as maiores cidades, como Recife, uma grande parte da força de trabalho liberada continuará nas propriedades rurais, sob regime de baixíssima remuneração, seja como assalariados, meeiros, parceiros, entre outros. De acordo com Furtado, no Nordeste, essa forma de organização da economia, após a Abolição da escravatura, restringiu o fluxo de renda monetária e, em decorrência, impediu a formação efetiva de um mercado interno. Diferentemente, no caso do Centro-Sul, o fim da escravidão significou o crescimento do fluxo interno de renda monetária e a consolidação do mercado interno, apesar da existência da economia de subsistência em áreas de fronteiras agrícolas.<sup>12</sup>

Em resumo, existiram particularidades no que concerne à passagem da economia de base escravocrata à economia baseada no trabalho livre. Observa-se, de um lado, um processo de reagrupamento da mão-de-obra escrava nas regiões mais dinâmicas, sobretudo em São Paulo,<sup>13</sup> para onde se dirigiu, numa etapa posterior, a maior parte dos imigrantes.<sup>14</sup> Não houve, como nos Estados Unidos, algumas regiões que concentrassem os trabalhadores escravos (os estados do sul) e outras, os trabalhadores livres (os do norte).<sup>15</sup> No Brasil, a Abolição significará a

12. Ver Furtado (1985: 210-211).

13. Kowarick (1994: 46-47).

14. Além dos Estados do Centro-sul (São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro), também houve uma significativa imigração européia para os Estados do Sul: Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, onde a perspectiva estava ligada sobretudo à idéia de colonização. Ver Costa (1983: 417).

15. Ver Costa (1985: 228-265).

perda de espaço de trabalho para os ex-escravos. Em sua grande maioria, eles não serão trabalhadores assalariados. Com a imigração massiva, os ex-escravos vão se juntar aos contingentes de trabalhadores nacionais livres que não têm oportunidades de trabalho senão nas regiões economicamente menos dinâmicas, na economia de subsistência das áreas rurais ou em atividades temporárias, fortuitas, nas cidades.

“É preciso, nesse sentido, frisar que o assim chamado elemento nacional, após a Abolição, tendeu a ser absorvido pelo processo produtivo só em áreas de economia estagnada, onde a imigração internacional foi pouco numerosa ou, até mesmo, nula. De fato, sua utilização ocorreu mais acentuadamente nas regiões decadentes do Vale do Paraíba e nas que apresentavam pouco dinamismo, como nas do Velho Oeste, em contraposição ao Novo Oeste: nela, o imigrante deixou poucas oportunidades para os nacionais que passaram a realizar tarefas mais árduas e de menor remuneração, como o desbravamento e preparo da terra, e, praticamente, extinguiu as possibilidades de emprego para o ex-escravo” (Kowarick, 1994: 87).

É necessário, entretanto, examinar alguns aspectos ligados à opção realizada, nas regiões mais dinâmicas, de promoção de uma política de imigração de mão-de-obra de origem européia. Dito de outra maneira, deve-se perguntar por que nessas áreas, apesar da existência de um significativo contingente de mão-de-obra constituída de homens livres e libertos assim como de escravos, decidiu-se pela utilização do trabalho de imigrantes. A resposta a essa questão parece algo complexa.

Em princípio, haveria três possibilidades de enfrentamento da questão do trabalho após a Abolição, possibilidades estas não excludentes entre si. De um lado, havia a perspectiva de que os antigos escravos pudessem, eles mesmos, continuar a trabalhar nas fazendas adotando um novo status de homem livre, o que, aparentemente, não colocaria problemas técnicos de grande monta. Com efeito, os escravos dominavam o processo de trabalho, assim como as evoluções técnicas mais importantes à época, nas atividades que realizavam. Esta havia sido a opção em algumas ilhas das Antilhas inglesas, onde a Abolição teve um caráter puramente formal: o escravo passou a receber um salário monetário, fixado ao nível mínimo de subsistência.<sup>16</sup> Uma segunda opção seria a da utilização total ou parcial

16. Ver Furtado (1970: 137-138).

2) dos homens livres e libertos no lugar dos antigos escravos. Este contingente de homens livres era, em 1872, de quase 8 milhões, ultrapassando em muito o número de escravos (cerca de 1,5 milhão).<sup>17</sup> Finalmente, havia a alternativa da imigração, que, como visto, foi largamente adotada pelas regiões economicamente mais dinâmicas.

3) Não há, na literatura, uma resposta consensual à questão. As interpretações sobre a passagem do regime escravista para aquele baseado no trabalho livre não privilegiam os mesmos aspectos. Furtado, em sua obra clássica, *Formação econômica do Brasil*, destaca a racionalidade econômica dos empresários do café para explicar o recurso à imigração. Esta teria sido uma escolha lógica em função das características apresentadas pelos diferentes grupos de trabalhadores. Os homens livres e libertos, além de não adaptados ao trabalho regular assalariado, estariam muito dispersos no setor de subsistência, que se estendia do norte ao extremo-sul do país, tornando difícil e extremamente custoso o seu recrutamento. Ou seja, de acordo com este autor, a perenidade de tal contingente de trabalhadores foi o resultado de uma configuração social e política específica, que conformou especialmente a história do sertão nordestino, onde o poder dos coronéis (os grandes proprietários de terra e chefes políticos) era a base. A fraca importância econômica do setor de subsistência contrastava com a sua grande importância política à época, especialmente naquela região: a manutenção de uma significativa parcela da população disponível, nos domínios dos grandes proprietários de terra, era, para estes, a garantia de poder político.<sup>18</sup>

No que diz respeito aos escravos, Furtado vem ressaltar o despreparo para o assalariamento que os caracterizaria.

“O homem formado dentro desse sistema social [a escravidão] está totalmente desaparelhado para responder aos estímulos econômicos. Quase não possuindo hábitos de vida familiar, a idéia de acumulação de riqueza é praticamente estranha. Demais, seu rudimentar desenvolvimento mental limita extremamente suas ‘necessidades’, cabendo-lhe um papel puramente passivo nas transformações econômicas do país” (1970: 140-141).<sup>19</sup>

17. Ver Kowarick (1994: 37).

18. Ver p. 146-147.

19. Mesmo Furtado, considerado como um dos autores mais importantes da corrente “progressista” nas ciências sociais dos anos 1950-1960, não escapa do pensamento conservador para

Desta forma, havia uma **confluência de fatores** que tornava possível a utilização da **mão-de-obra de origem europeia** nas terras brasileiras. É o caso da **existência de excedentes populacionais na Europa**, à época, especialmente na Itália, assim como, de outra parte, do fato de que **o governo brasileiro** decidiu assumir, a partir de 1870, **o financiamento do transporte dos imigrantes**, reduzindo o custo dessa mão-de-obra.

Uma outra interpretação, mais recente, destaca aspectos estruturais numa perspectiva mais histórica do desenvolvimento das forças produtivas. **O processo de Abolição do trabalho escravo e de sua substituição pelo do imigrante** é percebido, deste ponto de vista, como inexorável, pois a escravidão representaria, no final do século XIX, um **obstáculo à acumulação do capital**. Esta, **para se efetivar, necessitaria de um contingente de força de trabalho adaptado a relações laborais mais modernas, sobretudo o assalariamento**. Naquele momento, de acordo com Cardoso de Mello, **a continuidade do regime escravista representava um entrave à acumulação**.

"[...] não é preciso que o escravismo se desintegre, porque não ofereça nenhuma rentabilidade às empresas existentes; para ser colocado em xeque, basta que obste a acumulação" (Cardoso de Mello, 1990: 83).

Partilhando o mesmo enfoque, Kowarick vai resumir esse ponto de vista da seguinte maneira:

"[...] após 1880, processos tanto internos como internacionais fariam com que a **potencialidade do regime de trabalho escravo** se mostrasse demasiadamente estreita para realizar uma acumulação que, cada vez mais, necessitava de um **mercado de trabalho volumoso e fluido**" (Kowarick, 1994: 74).

explicar a imigração, utilizando o argumento da **incapacidade individual dos escravos e de seus descendentes**: "o **reduzido desenvolvimento mental** da população submetida à escravidão **provocará a segregação parcial** desta após a abolição, retardando sua **assimilação e entorpecendo o desenvolvimento econômico do país**. Por toda a **primeira metade do século XX**, a grande massa dos **descendentes da antiga população escrava** continuará vivendo dentro de seu limitado sistema de **'necessidades'**, cabendo-lhe um **papel puramente passivo nas transformações econômicas do país**" (Furtado, 1970: 140).

Mais do que uma **decisão racional do empresário capitalista**, a **passagem da escravidão ao trabalho livre** parece ser parte de um **processo mais amplo de reestruturação econômica e social**, mas também de um **aprofundamento da inserção da economia brasileira no contexto mundial**.<sup>20</sup> Contudo, outros fatores importantes, já citados anteriormente, influenciaram nesse processo. De fato, durante os últimos anos da escravidão, **ganhavam força no país as idéias que privilegiavam a mão-de-obra de origem europeia em detrimento dos trabalhadores nacionais**. De um lado, **os nativos livres e libertos** eram considerados como **inaptos ao trabalho regular**. De outro, no que se refere aos antigos escravos, as fugas organizadas nas fazendas eram cada vez mais frequentes, o que contribuiu bastante tanto para promover a **idéia de que a mão-de-obra negra era indolente e inapta para a relação assalariada**, bem como para **reforçar a ideologia do embranquecimento**.<sup>21</sup> Nesta perspectiva, é relevante, para compreender tal período, analisar **o papel das idéias racistas**, sua difusão e sua influência na implementação de uma política deliberada de incremento da população branca.<sup>22</sup> A porcentagem de negros e mulatos reduziu-se significativamente durante o século XIX: na cidade de **São Paulo**, **63%** do total da população em 1890 era de brancos, enquanto os negros e mulatos não representavam mais que **28,6%** (Fernandes, 1969: 9).

Para concluir esta parte, faz-se necessária uma referência à situação das **grandes cidades no século XIX**. Em geral, até a metade do século, as cidades se caracterizavam por uma grande concentração de negros. Apesar do fato de a grande maioria da população se encontrar em áreas rurais, alguns núcleos urbanos já se destacavam por essa época.

20. Ver Singer (1975: 353).

21. É importante destacar **o papel dos abolicionistas** que, sobretudo em São Paulo, vão lutar ativamente para a liberação dos escravos no período imediatamente anterior à Abolição. É o caso de **Luís Gama**, eminente advogado de origem negra, líder de uma vigorosa campanha pela liberação dos escravos paulistas, assim como de seu sucessor, **Antônio Bento**, cuja ação foi mais direta. Bento vai organizar os **caifazes**, grupos de antigos escravos especializados em organização de fugas das fazendas. "A Abolição não foi feita em São Paulo pelos fazendeiros, porém por Antônio Bento e seus caifazes, cabendo aos próprios escravos a tarefa de provocar o abalo decisivo no regime servil em apodrecimento" Gorender (1978: 571). Ver também R. M. dos Santos (1980).

22. Havia, nessa época, na Europa, uma **profusão de teorias etnocêntricas** que defendiam a idéia da superioridade dos brancos, o que inspirou a política de imigração realizada pelo governo. Ver Hasenbalg (1979).

"Entre os núcleos populacionais alçados à condição administrativa de cidade ou vila, poucos tinham características urbanas desenvolvidas: algumas vilas da região mineradora e os principais portos marítimos que, além de capitais provinciais, preenchiam as funções de centros do comércio exterior e de entreposto do tráfico de escravos" (Gorender, 1978: 451).

Cidades como Rio de Janeiro, Recife, Salvador, São Luís, para citar apenas as quatro mais importantes do século XIX, concentravam um grande número de escravos. Eram eles os responsáveis pela maior parte dos serviços realizados.

"Os escravos faziam-se presentes em todos os ofícios urbanos [...] como carpinteiros, pedreiros, calceteiros, impressores, pintores de tabuletas e ornamentação, construtores de móveis e de carruagens, fabricantes de ornamentos militares, de lampiões, artífices de objetos de prata, joalheiros e litógrafos [...] alfaiate, sapateiro, barbeiro, cabelereiro, curtidor, ferreiro, ferrador e outras" (Gorender, 1978: 454.).

De um modo geral, nas cidades brasileiras dessa época, havia dois tipos de prestadores de serviços (além, logicamente, dos escravos domésticos): de um lado, os trabalhadores livres (brancos, mulatos e negros) e, de outro, os escravos, os "negros de ganho", que deveriam entregar a seu senhor uma parte do que eles ganhavam alugando os seus serviços.<sup>23</sup> Matoso, estudando o mercado de trabalho em Salvador no século XIX, descreve-o tendo como característica principal o que chamou a dupla estrutura do trabalho urbano:

"[...] havia na cidade dois mercados de trabalho: um para brancos, mulatos e negros livres, e outro exclusivo para escravos" (Matoso, 1978: 531).

Em função da Abolição e da imigração europeia para certas regiões do país, o último quarto do século XIX vai consolidar um novo cenário

23. "As cidades brasileiras impressionavam o europeu recém-chegado pela multidão de negros, que enchia as ruas. Eram eles os encarregados de todos os serviços urbanos, sobretudo do transporte de mercadoria e passageiros. Constituíam a categoria especial dos negros de ganho [...]. Passavam o dia na rua alugando seus serviços com a obrigação de entregar ao senhor uma renda diária ou semanal previamente fixada, pertencendo-lhes o excedente. Comumente, moravam na casa do senhor, mas faziam fora suas refeições. Às vezes, tinham licença para morar em domicílio por conta própria" (Gorender, 1978: 455).

para o mercado de trabalho no Brasil, no qual as especificidades regionais vêm aflorar de forma significativa. Na cidade de São Paulo, o crescimento urbano esteve diretamente ligado ao processo de industrialização, que começou nos últimos anos do século XIX e que empregará quase que unicamente mão-de-obra de origem europeia, seja aquela saída das fazendas, seja a que chegava para trabalhar diretamente no espaço urbano. De acordo com os dados disponíveis, no começo do século XX, 92% dos trabalhadores industriais na cidade de São Paulo eram estrangeiros, sobretudo de origem italiana.<sup>24</sup> No Rio de Janeiro, então capital do país e a cidade de maior importância econômica, a participação de estrangeiros na indústria era de 43%, ou seja, também significativa. Contudo, à diferença do que se passou em São Paulo, eram principalmente os portugueses (destacando-se os açorianos) e os espanhóis que compunham a maioria da mão-de-obra migrante no Rio de Janeiro.<sup>25</sup> As duas cidades (sobretudo São Paulo) sofrerão importantes mudanças com a chegada em massa de um contingente de mão-de-obra de origem europeia atraída pela industrialização nascente. Observa-se o desenvolvimento do comércio e da indústria, o nascimento de um proletariado e também de uma classe média urbana.<sup>26</sup>

A situação é claramente diferente quando olhamos o caso das regiões menos ricas. No que se refere à cidade de Recife, por exemplo, a imigração teve um caráter residual.<sup>27</sup> O que se observou após a Abolição foi o crescimento da população urbana, em decorrência da chegada de contingentes significativos de ex-escravos vindos do interior da própria região. De fato, o novo século vai encontrar a região Nordeste em um período de crise econômica sem precedentes. A economia nordestina mantinha-se estagnada em função da queda da produção e venda do açúcar e do algodão, seus principais produtos. De outro lado, há alguns anos, uma modernização da produção se realizava na região, o que contribuiu para o aumento da mão-de-obra liberada que se dirigiu às cidades.<sup>28</sup>

24. Ver Kowarick (1994: 92).

25. Ver Prado Júnior (1960).

26. Ver Costa (1983: 424-429) e Gorender (1978: 451-465).

27. Em 1900, no estado de Pernambuco, havia somente 11.000 imigrantes, que representavam 1% da população daquele estado. Ver Kowarick (1994: 106).

28. Ver Eisenberg (1977) e Furtado (1985).



Andrade (1979) analisou a trajetória da urbanização de Recife no fim do século XIX, mostrando que então já havia uma situação típica de subemprego de uma parte significativa da mão-de-obra.<sup>29</sup> A ausência de oportunidades de trabalho para a população ativa liberada pela Abolição foi uma das características mais importantes do processo de urbanização da cidade no início do século XX.

“O crescimento da cidade intensificou-se após a Abolição da escravatura (1888), quando grande parte da população liberada abandonou as propriedades à procura de novas oportunidades de vida e de trabalho, e a facilidade de transportes intensificou a migração para o Recife. Daí o aumento considerável da construção de palafitas — os chamados mocambos — suspensas sobre os manguezais da cidade” (Andrade, 1979: 93).

De fato, a questão da urbanização, ou seja, os problemas concernentes à excessiva concentração de população em certas cidades, mostra-se de maneira mais complexa a partir de 1930. Contudo, pode-se observar, já no final do século XIX, o início de um processo de aglomeração da pobreza e da exclusão<sup>30</sup> nas cidades, resultante da chegada em profusão de contingentes de ex-escravos. Em resumo, nessa época já proliferavam, nas maiores cidades, as favelas, verdadeiros guetos onde se concentravam os pobres. No que concerne aos primeiros anos de trabalho livre, pode-se constatar que em 1900 a população total do Brasil era de 16,5 milhões de habitantes, dos quais 1,1 milhão era imigrante. Nos anos seguintes, até 1920, assiste-se ao intenso desenvolvimento da industrialização e do crescimento urbano sem maiores alterações no perfil da mão-de-obra absorvida.

“Em 1920, enquanto no país como um todo os estrangeiros (mais de um milhão e meio) representavam pouco mais de 5% da população total, nos dois principais centros industriais, Rio e São Paulo, representavam respectivamente 20% e 35%. As parcelas de migrantes estrangeiros na força

29. Sobre o assunto, ver também Theodoro (1991).

30. Utiliza-se aqui a expressão “exclusão” sempre em relação ao mercado de trabalho e no seu sentido mais simples, qual seja, o que serviu para designar os esquecidos pelo crescimento econômico. Ver (Donzelot e Roman (1991: 5). Assim, está-se considerando como excluídos aqueles que não têm emprego regular, ou seja, que não estão dentro do setor formal, e também, no que se refere ao período da escravidão, àqueles que estavam fora do binômio senhor-escravo.

de trabalho dos estabelecimentos industriais, nesse mesmo ano, ainda são impressionantes: 17% para o conjunto do país, e [...] 51% da força de trabalho industrial na cidade de São Paulo” (Hoffmann, 1980: 26).<sup>31</sup>

## 1.2. Um contraponto com a teoria da marginalidade

O excedente da força de trabalho formado por antigos escravos e outros trabalhadores nacionais não funcionava apenas como um exército industrial de reserva, no sentido marxista do termo.<sup>32</sup> De fato, esse grupo constituía uma parcela que não fazia parte do mercado de trabalho, não atuando propriamente como estabilizador dos salários em valores próximos ao do nível de subsistência. Esse grupo se aproximaria mais daquilo que Nun (1978) denominou “massa marginal”. O conceito de massa marginal estava ligado à idéia de superpopulação relativa.

“Enquanto o Exército Industrial de Reserva diria respeito ao excedente da força de trabalho que responde às necessidades mediatas e imediatas do capital, assumindo, portanto, um caráter de funcionalidade, a categoria Sobrepopulação Relativa corresponderia à totalidade do excedente de força de trabalho que extrapolaria os limites funcionais, ainda que incorporasse também o contingente chamado Exército Industrial de Reserva” (Theodoro, 1987: 33-34).

A massa marginal, portanto, seria a parte afuncional ou disfuncional da superpopulação relativa (cf. Nun, 1978: 99).

Ao contrário das análises propostas por certos teóricos da marginalidade,<sup>33</sup> ao menos no caso brasileiro, a exclusão e, em consequência, a

31. Deve-se lembrar que, no caso de São Paulo, de acordo com os dados apresentados por Lowiric, dentro do grupo de mão-de-obra industrial que não era estrangeiro, a maioria era composta por filhos de imigrantes. Apud Kowarick (1994: 93).

32. Para Marx, o exército industrial de reserva é um dos principais mecanismos que possibilitam a acumulação capitalista, à medida que fornece o material humano que o capital necessita nos momentos de expansão, independentemente dos limites de aumento da população. Ver Marx (1980: 733-734).

33. Quijano (1973), por exemplo, apresenta a questão da existência de uma parte marginalizada da população como o resultado do processo de modernização que atingiu a América Latina após os anos 1950 e 1960: “...” (1973: 141-142).

existência de uma massa marginal (para usar a expressão mais comum) parecem ser anteriores à própria Abolição. No Brasil, há mais de dois séculos que uma parte significativa da mão-de-obra tem sido constantemente marginalizada. Num primeiro momento, são os “homens livres e libertos” que se encontram fora da relação básica senhor-escravo, cerne da dinâmica produtiva. Após a Abolição, se juntaram a esse primeiro grupo os antigos escravos, compondo um conjunto que não logrou se integrar nos setores da economia de mercado (a agricultura exportadora e a indústria nascente). A exclusão no período anterior à Abolição e mesmo nas primeiras décadas do século XX significava, principalmente, a sobrevivência a partir da prática da agricultura de subsistência nas áreas de fronteira agrícola.<sup>34</sup> Não se pode esquecer que o Brasil, nessa época, era um país onde a maior parte da população — quase 90% segundo as estimativas de Hoffmann<sup>35</sup> — habitava as áreas rurais.

Entretanto, do ponto de vista do mercado de trabalho urbano, algumas características hoje marcantes apareciam já no início do século XX. É o caso dos trabalhadores confinados a ocupações instáveis ou mesmo à não-ocupação. Como já destacado, esse contingente, mais presente nas cidades de regiões economicamente menos dinâmicas, era, em sua maioria, formado por ex-escravos e libertos. Ao fim do século XIX, havia, em Recife, várias favelas, também chamadas mocambos.

“Nestas habitações, construídas de restos de madeira, ramagens, de folhas de flandres etc., localizava-se toda uma população pobre e sem condições de obter uma habitação de melhor qualidade” (Andrade, 1979: 93).

Em termos étnicos, a exclusão no Brasil tocava particularmente os negros e mulatos, o que, aliás, não é menos verdadeiro para os dias atuais. As raízes dessa situação residem, seguramente, na condição de escravo à qual estavam submetidos os negros há três séculos. De todo modo, a questão da condição do negro no Brasil, seja no que concerne à sua posição no mercado de trabalho, seja dentro de uma perspectiva mais geral, continua, até hoje, pouco estudada.

34. Ver Hoffmann (1980: 16-17).

35. Cf. (1980: 29-31).

### 1.3. O papel do Estado

No período que vai da Abolição até os anos 1920, a ação do Estado no Brasil foi decisiva tanto para o desenvolvimento geral da história econômica do país quanto, mais especificamente, para a história da conformação de seu mercado de trabalho.

Em primeiro lugar, cabe destacar que o enquadramento legal que garantia a utilização dos escravos como base da economia de exportação era garantido pelo Estado, não somente em função de seu poder coercitivo, mas também através da construção de um quadro jurídico referente à regulamentação do trabalho cativo. Em termos legais, até a promulgação da lei sobre alocação de serviços de 1879, praticamente não se legislava sobre trabalho livre, e o exíguo arcabouço legal existente sobre o tema aplicava-se somente aos trabalhadores migrantes.<sup>36</sup> A escravidão no Brasil foi, durante séculos, o único sistema capaz de garantir a produção econômica de grande escala e voltada para os mercados europeus. O Estado detinha, nesse contexto, o papel de responsável pela manutenção da ordem escravista. Nesse sentido, cabe aqui uma menção ao caráter particular do Estado brasileiro no século XIX: como já indicou Gorender,<sup>37</sup> era o único Estado independente plenamente escravista, o que teria permitido uma maior coesão interna do que ele chamou a formação social escravista no país.

Em segundo lugar, a transição do trabalho escravo para o trabalho livre foi feita através de uma intervenção direta e decisiva do Estado.

“Somente com a intervenção do Estado foi possível quebrar o circuito do trabalho cativo, procedendo-se a uma socialização dos custos de formação da força de trabalho e criando-se condições para que se instituisse o trabalho livre e o mercado de trabalho”.<sup>38</sup>

Na transição para o mercado de trabalho, para o trabalho livre, a ação do Estado se desenvolveu tendo como base pelo menos dois tipos de iniciativas. De um lado, o Estado instituiu uma política de financia-

36. Ver Lamounier (1988).

37. Ver Gorender (1990: 139).

38. Trecho de autoria de José de Souza Martins, apud Kowarick (1994: 84).

mento da imigração. De acordo com os dados apresentados por Cardoso (1975), o governo subvencionou quase 60% do total dos imigrantes que chegaram entre 1888 e 1915.<sup>39</sup> De outro lado, como medida de estímulo à introdução da força de trabalho migrante, assistiu-se à instituição da taxaço na compra de escravos, sobretudo em nível de estados. Na então província de São Paulo, em 1881, passa a vigorar uma lei que impunha uma taxa de Rs. 2.000\$000 pelo escravo vindo de outras regiões, o que fez crescer significativamente a entrada de imigrantes europeus (Santos, 1980: 19).

Dessa maneira, o mercado de trabalho no Brasil, no sentido clássico do termo, que pressupõe a existência do trabalho livre, foi "criado" por intermédio da ação estatal, através da Abolição da escravidão, e foi moldado mediante uma política de imigração, favorecida por taxaço e subvencões, em detrimento da mão-de-obra nacional. Esse mercado de trabalho nasceu, assim, dentro de um ambiente de exclusão para com uma parte significativa da força de trabalho. Implantando dessa maneira o trabalho livre, o Estado criou também as condições para que se consolidasse a existência de um excedente estrutural de trabalhadores, aqueles que serão o germe do que se chama hoje "setor informal".<sup>40</sup>

1911 -> A nova margem de liberdade (1911)

## 2. A história recente: o mercado de trabalho no Brasil depois de 1930

### 2.1. Dos anos 1930 até os anos 1970

#### a) O crescimento, a modernização e a urbanização

Os anos 1930 marcam o início de um processo de grandes transformações econômicas e sociais, cujos pilares são a urbanização e a moder-

39. No período 1891-1900, sobre um total de 720.000 imigrantes, 575.000, ou seja, 80%, foram subvencionados pelo Estado. Ver Cardoso (1975: 25).

40. "Nesse quadro de relegação, couberam ao trabalhador nacional das zonas urbanas de São Paulo os serviços mais aviltados, como o emprego doméstico e outras atividades classificadas como 'mal definidas' e 'não declaradas', nas quais, certamente, estavam incluídos o trabalho pesado e ocasional que tarefeiros de todo tipo praticavam na cidade nos primórdios da industrialização" (Kowarick, 1994: 108).

nização econômica. A indústria, apesar de já existente, passa a ser a base do crescimento econômico, principalmente devido à crise do setor exportador e às novas bases da ação estatal lançadas por Getúlio Vargas.

"A Crise de 1929 marcou o encerramento da fase em que as exportações são o fator principal do crescimento" (Hoffmann, 1980: 28).<sup>41</sup>

Se, até os anos 1920, a ação estatal era, sobretudo, normativa, depois de 1930 ela assume uma característica fortemente intervencionista.<sup>42</sup> O Estado passa a ter um papel essencial, não somente no que concerne à promoção de políticas de proteção ou de estímulo à atividade econômica privada, mas também como "Estado-empresário", intervindo seja diretamente, seja estabelecendo diretrizes gerais em setores estratégicos.<sup>43</sup> É a partir dessa perspectiva que, em busca da melhoria das comunicações e do transporte, o Estado vai dar início à construção de grandes rotas inter-regionais, o que permitirá a ligação efetiva das regiões do país.<sup>44</sup>

Para alguns autores, não se pode falar de uma economia nacional integrada no Brasil, antes de 1930.<sup>45</sup> Essa integração, na forma com que se realizou, suscita duas observações. De um lado, ela significou a unificação do mercado consumidor — o que beneficiou em especial a produção industrial do eixo Rio-São Paulo, que passou a contar com um mer-

41. Sobre o tema, ver ainda Furtado (1970).

42. Observe-se, por exemplo, a política de compra e destruição do café no início dos anos 1930, na qual o governo impediu a queda do preço desse produto para evitar que a crise do setor exportador atingisse outros setores, assim como a adoção de uma política de trocas e uma política tarifária protecionista, o que permitiu o fortalecimento da produção industrial interna. Alguns anos mais tarde, nos anos 1940, o Estado vai inaugurar a intervenção direta, da qual a construção da usina siderúrgica de Volta Redonda (1941) é um símbolo.

43. "No que tange ao aparato econômico estatal, o processo de estruturação do Estado envolveu muito mais que a mera centralização no Executivo federal de dispositivos fundamentais de política econômica e uma atuação de caráter abrangente e nacional: a constituição de uma nova armadura e o estabelecimento de uma presença inédita do Estado na economia caracterizam o novo período" (Draibe, 1985: 78-79).

44. De fato, a consolidação da rede de grandes estradas inter-regionais deu-se apenas nos anos 1950. Entretanto, desde 1930, o Estado brasileiro desenvolveu esforços de construção de ligação entre as regiões, seja por rodovias seja por estradas de ferro. Ver Diniz e Lemos (1990: 184).

45. Ver por exemplo Furtado (1959); Prado Júnior (1960: 326-328 e Singer (1968).

cado mais extenso em detrimento da indústria incipiente de outras regiões, principalmente, do Nordeste. De outro lado, as migrações internas se intensificaram em direção às regiões mais ricas, concentrando a população naquelas áreas. Após o fim da corrente migratória de origem européia, no início dos anos 1930, são os **trabalhadores nacionais**, sobretudo, os que provêm do Nordeste, que farão face às necessidades da indústria crescente.

“A absorção dos nacionais — inclusive dos negros e mulatos — iria se efetuar quando novos e mais dinâmicos setores da economia urbana, a partir de 1930, necessitaram também de trabalhadores” (Kowarick, 1994: 115).

A migração assume, assim, nessa época, uma **dimensão inter-regional** e, sobretudo nos primeiros anos da década de 1930, se dirige, em sua maior parte, **ao estado de São Paulo**.<sup>46</sup> Essa migração se caracteriza como sendo **rural-urbana** e cuja destinação não se limitava às cidades das regiões mais industrializadas, mas também às metrópoles regionais. Sobre esse ponto, parece oportuno fazer uma breve comparação entre o que se passou em **São Paulo**, centro econômico da região mais desenvolvida, com o que ocorreu em **Recife**, principal cidade do Nordeste, no que se refere ao mercado de trabalho.

A cidade de São Paulo, que havia passado, após 1890, por uma verdadeira explosão demográfica,<sup>47</sup> vai se beneficiar, no período seguinte, de sua posição de **metrópole industrial mais importante do país**.<sup>48</sup> Como já enfatizado, a **unificação do mercado em nível nacional** significou uma ampliação dos horizontes para a produção (não somente industrial) da cidade, assim como da região. Significou também a possibilidade de se contar com uma **nova fonte de mão-de-obra necessária ao crescimento**. Diante da ausência de informações mais precisas sobre o mercado de trabalho em geral e, mais especificamente, sobre a cidade de São Paulo no início dos anos 1930, admite-se aqui como hipótese genérica que

46. Ver Hoffmann (1980: 31-32).

47. De acordo com os dados do IBGE, a população da cidade de São Paulo passou de 65.000 a 579.000 habitantes, entre 1890 e 1920.

48. De acordo com o censo de 1920, a cidade de São Paulo passou a ser o centro industrial mais importante do país, ultrapassando o Rio de Janeiro. Ver Hoffmann (1980: 23).

havia uma situação na qual a **absorção da força de trabalho** ter-se-ia efetivado se em **proporções bem mais elevadas** do que nas regiões menos desenvolvidas.

De fato, não há dados disponíveis sobre a população brasileira nos anos 1930. Recenseamentos demográficos foram realizados apenas nos anos de 1920 e 1940 e, mesmo nesses casos, não comportaram informações concernentes à **absorção de mão-de-obra** e às **taxas de desemprego**. Alguns pesquisadores envidaram esforços para estimar, por exemplo, as **taxas de desemprego** e mesmo a absorção da força de trabalho nas cidades. Bazzanella (1963), visando analisar **a relação entre industrialização e urbanização no Brasil**, realizou estimativas da **taxa de desemprego nas 141 cidades com mais de 10.000 habitantes em 1940**. Sua hipótese era que, nas cidades das regiões mais desenvolvidas, aquelas dos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Distrito Federal (cidade do Rio de Janeiro), Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, **não havia desemprego**. Para as cidades das regiões menos desenvolvidas, ele encontrou indícios de desemprego, mas, sobretudo, **uma grande percentagem de mão-de-obra subempregada**.

Outro trabalho importante de estimativas sobre subemprego e desemprego nas maiores cidades brasileiras foi realizado, para o ano de 1950, por Brandão Lopes.<sup>49</sup> Utilizando os dados do Censo Demográfico, esse autor vai mostrar que a **percentagem de desempregados e subempregados em São Paulo naquele ano (16,1%)** era a metade do que se verificava em Salvador (32,1%) ou Belo Horizonte (27,4%).<sup>50</sup>

Observando o caso de **Recife**, pode-se constatar mais claramente a situação de uma **metrópole de região menos desenvolvida**. Depois de 1930, a cidade, assim como toda a região Nordeste, perdeu duplamente em função da **integração econômica nacional**. De um lado, a **concorrência da produção industrial do eixo Rio-São Paulo** ganhou o mercado da região em detrimento da produção local.<sup>51</sup> De outro lado, a cidade continuou a ser o **principal pólo regional de atração da mão-de-obra liberada das áreas agrícolas do Nordeste setentrional**, após a queda da produção

49. Ver Brandão Lopes (1968), apud Hoffmann (1980: 67-68).

50. Ver p. 68.

51. Ver Theodoro (1991).

do açúcar e do algodão — apesar do forte fluxo migratório em direção ao sul.<sup>52</sup> De acordo com Singer, na década de 1940,

“De cada quatro novos habitantes ganhos, naquela década, pela capital pernambucana, 1 pode ser atribuído ao aumento vegetativo e 3 à migração” (1968: 335).

Entre 1900 e 1960, a população dessa cidade aumentou quase sete vezes, passando de 115 mil para 790 mil habitantes (IBGE, Censos Demográficos). Mais que em qualquer outra grande cidade brasileira, em Recife assistiu-se, durante esse século, à conjugação de dois processos: uma grande expansão demográfica de uma parte, e, de outra, a estagnação econômica. Como resultado, uma extrema concentração da pobreza e da exclusão, com as suas conseqüências mais visíveis: o subemprego e o desemprego, assim como a proliferação das “atividades informais”. No início dos anos 1980, a região metropolitana de Recife tinha uma população de 2,3 milhões de habitantes,<sup>53</sup> e se encontrava em primeiro lugar entre as regiões metropolitanas do país, no que concerne à percentagem de população pobre (55,6% do total), apresentando ainda o maior índice de desigualdade de renda, com um índice de Gini da ordem de 0,602.<sup>54</sup>

A situação da cidade de São Paulo é diferente daquela de Recife. São Paulo vai experimentar um crescimento demográfico extraordinário, que fará com que sua população atinja 12,6 milhões de pessoas no início dos anos 1980,<sup>55</sup> concentrando progressivamente atividades produtivas (Cano, 1977), e respondendo por um percentual significativo do produto nacional. De fato, ao contrário de Recife, na maior parte das áreas metropolitanas, observou-se um certo crescimento econômico conjugado com o crescimento populacional. Contudo, isso não impediu que a pobreza se instalasse. Já no início dos anos 1950, compreendeu-se que

52. De fato, entre 1920 e 1940, o grosso do fluxo migratório do Nordeste em direção a São Paulo provinha dos estados localizados ao sul daquela região (Alagoas, Sergipe e Bahia), enquanto outros migrantes, principalmente os originários da Zona da Mata de Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte, dirigiam-se sobretudo a Recife. Singer (1968), Andrade (1979) e Theodoro (1991).

53. IBGE, *Anuário Estatístico* — 1994.

54. Ver Rocha (1991: 454).

55. IBGE, *Anuário Estatístico* — 1994.

a pobreza urbana não era um privilégio das regiões mais pobres. A exacerbação do processo migratório em direção à São Paulo fez concentrar também ali, mesmo que em uma escala menor, comparando-se com Recife, por exemplo, a pobreza, o subemprego e o desemprego. Essa tendência tornar-se-á ainda mais visível depois dos anos 1980, como será examinado no próximo item.

Globalmente, o fenômeno da urbanização teve como resultado uma proliferação de cidades e também o crescimento da população metropolitana. De 1940 a 1980, o número de cidades de mais de 500.000 habitantes passou de 3 para 14. Ao mesmo tempo, as cidades de mais de 500.000 habitantes, em 1940, reuniam um pouco mais de 10% da população total do país, enquanto em 1980, abarcavam 62% da população urbana, o que representava quase um terço da população total do país (Martine et al., 1990: 102).

#### b) O papel do Estado

Do ponto de vista da ação do Estado, o período 1930-1970 se apresenta como particularmente interessante. De fato, os anos 1930 inauguram a intervenção estatal do tipo desenvolvimentista. O Estado brasileiro vai se engajar diretamente no processo de modernização econômica. O investimento estatal introduz as bases da nova economia, aquela que deveria libertar o país de seu atraso secular. De todo modo, questões como o emprego, o desemprego e o subemprego não estavam diretamente colocadas. O crescimento econômico seria condição necessária e suficiente para fazer com que o país saísse de sua condição de subdesenvolvimento, o que implicaria a absorção da maior parte da mão-de-obra nas atividades ditas modernas.

Os anos 1930 marcarão também o início da efetiva regulamentação do trabalho e do mercado de trabalho no Brasil. O Estado vai promover uma série de medidas cujo objetivo final era forjar uma força de trabalho que pudesse servir à indústria, então em processo de consolidação. A legislação do trabalho implantada no primeiro governo Vargas lançou as bases de uma estrutura complexa, que ainda hoje caracteriza as relações de trabalho no país. Pelo menos para uma parcela da mão-de-obra, instituiu-se a garantia de férias pagas, aposentadoria e assistência médi-

ASSALARIAMENTO & PARCIAL

ca. De outro lado, são criados tribunais específicos para as questões trabalhistas; e mesmo a organização de sindicatos foi estimulada pela legislação varguista.<sup>56</sup>

O assalariamento, no sentido dado por Castel (1995), estabeleceu-se no Brasil a partir dos anos 1930, mas somente para uma parte e não para a totalidade da força de trabalho. Com efeito, pode-se dizer que o assalariamento, neste país, cumprirá somente a metade de seu papel histórico. Ele responderá pela constituição de uma força de trabalho estável e disponível para o capital, possibilitando dessa maneira o desenvolvimento de uma indústria relativamente pujante. De outro lado, entretanto, o assalariamento não se generaliza, ficando circunscrito a frações, ainda que importantes, da força de trabalho. E, nesse sentido, a intervenção do Estado respondeu menos a uma preocupação com o mercado de trabalho — referindo-se, por exemplo, ao nível de emprego, ao desemprego etc. — do que às relações de trabalho ligadas à parcela assalariada da mão-de-obra.<sup>57</sup> De fato, enquanto as medidas no campo da política de emprego restringiram-se à ação de qualificação profissional, estavam ausentes quaisquer medidas de proteção contra a situação de desemprego. (DESEMPREGO...)

No início dos anos 1960, a questão dos desequilíbrios regionais começa a fazer parte das preocupações do Estado. Partindo do diagnóstico produzido pelo GTDN (Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste), o governo passa a admitir a necessidade de uma política de desenvolvimento regional voltada para aquela região, criando, em seguida, a Sudene (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste). A política desenvolvida pela Sudene visava, em essência, modernizar a região pela via da instalação de um complexo industrial mais ou menos diversificado, sempre dentro da perspectiva de que a modernização conduziria, inexoravelmente, ao desenvolvimento.<sup>58</sup> E a ação estatal nesse

56. Ainda que isso tenha significado um forte controle governamental sobre a organização sindical que tem caracterizado a vida sindical brasileira através dos anos.

57. Sobre o tema, ver Theodoro (1998).

58. De fato, o projeto do GTDN para o Nordeste propôs a adoção de uma política de desenvolvimento regional baseada em quatro grandes linhas: a industrialização, a produção de alimentos nas regiões da Zona da Mata, a transformação do semi-árido em região produtiva para o mercado (e não apenas de cultura de subsistência) e, finalmente, a expansão da fronteira agrícola até a pré-amazônia maranhense. GTDN (1959).

DESGUALDADES SOCIAIS  
E REGIONAIS

período privilegiou, de fato, a construção de bases macroeconômicas para o crescimento econômico.

Em termos globais, entre 1930 e 1980, a economia brasileira conheceu um crescimento notável, em que pese a existência de momentos de descontinuidade. Houve uma grande diversificação da indústria, ao mesmo tempo que a força de trabalho aumentou de 15,7 milhões para 45 milhões de pessoas e que o produto interno bruto *per capita* cresceu 380%. No final dos anos 1970, a economia brasileira classificava-se entre as maiores economias do mundo capitalista.<sup>59</sup> Entretanto, como já foi destacado, esse crescimento não foi suficiente para absorver toda a mão-de-obra. Apesar do crescimento significativo do emprego nos setores modernos da indústria e dos serviços, provocando inclusive uma redução importante das taxas de subutilização da força de trabalho, no fim desse período havia uma grande concentração de subemprego nas áreas urbanas.<sup>60</sup>

Deve-se fazer uma última observação, referente à situação dos negros e mestiços no mercado de trabalho no período 1930-1980. O processo de modernização permitiu também uma absorção significativa dessas populações que, até os anos 1930, estavam quase totalmente marginalizadas. A revalorização da mão-de-obra nacional que se seguiu ao fim do período de imigração massiva beneficiou diretamente os negros e mestiços.

“A absorção dos nacionais — inclusive dos negros e mulatos — iria se efetuar quando novos e mais dinâmicos setores da economia urbana, a partir de 1930, necessitaram também desse contingente de trabalhadores. Nesse instante [...] as necessidades econômicas por força de trabalho transformam a todos, pretos, brancos e mulatos, nacionais ou estrangeiros, em mercadoria para o capital” (Kowarick, 1994: 115).<sup>61</sup>

59. Dieese (1994: 23-24).

60. O conceito de taxa de subutilização da mão-de-obra utilizada pelo Dieese equivale à percentagem da força de trabalho que se encontra desempregada, trabalhando sem remuneração ou em certas situações de trabalho “por conta própria”. Entre 1940 e 1980, a taxa de subutilização da mão-de-obra passou de 56,9% a 34,1% (Dieese, 1994: 27).

61. Ver Kowarick (1994: 101-118).

Entretanto, tal processo não significou uma tendência de reversão à situação social à qual está submetida, ainda hoje, a maioria da população de origem africana no Brasil.<sup>62</sup>

Em resumo, o período que se estende de 1930 a 1980 reuniu algumas características importantes para compreender a evolução do mercado de trabalho. Em primeiro lugar, ocorreu uma forte concentração da população nas cidades: em 1940, 2/3 da população brasileira vivia nas zonas rurais e 1/3 nas cidades; essa proporção se inverteu (ou seja, 2/3 da população urbana e 1/3 da população rural) em 1980. Em segundo lugar, o processo de urbanização caracterizou-se pela concentração da pobreza nas maiores cidades, sobretudo nas regiões metropolitanas. As favelas proliferaram, habitadas por uma população pobre engajada em atividades precárias, especialmente no pequeno comércio e nos serviços. São atividades (o comércio ambulante, os serviços pessoais, o trabalho doméstico, os serviços de reparação e de renovação de imóveis, etc.) que se desenvolvem nas cidades e que vão absorver um contingente significativo da força de trabalho urbana. Em terceiro lugar, constata-se que a situação das metrópoles nas regiões menos desenvolvidas é mais complexa: o subemprego aí atinge proporções ainda maiores. Assim, de acordo com dados do Ministério do Trabalho, o setor informal em São Paulo absorveria, em 1984, 38,4% da força de trabalho, enquanto em Recife à mesma época essa porcentagem atingia 53,7%.<sup>63</sup> Finalmente, deve-se lembrar o papel do Estado na criação da legislação trabalhista; legislação que, entretanto, referia-se a algumas parcelas e não à totalidade da força de trabalho.

## 2.2. Os anos recentes — 1980/2000

Os anos 1980 são estigmatizados como aqueles da “década perdida”. Esse foi o período no qual as taxas de crescimento se reduziram de

62. De acordo com os dados da PNAD-IBGE para o ano de 1990, a renda média mensal era de 5,3 salários-mínimos para os brancos, enquanto para negros e pardos essa renda era, respectivamente, de 2,2 e 2,5 salários-mínimos.

63. MTb/Secretaria de Emprego e Salários, in: Theodoro (1987). Nós utilizamos como “proxy” do setor informal o conjunto dos empregados sem registro na carteira profissional mais os por conta própria mais os empregados sem renda. Ver p. 94.

maneira drástica: o país conheceu um crescimento de menos de 17% durante a década (cerca de 1,5% ao ano), distante da taxa histórica de crescimento da economia brasileira de 6% ao ano. Em geral, como já foi dito, esses anos podem ser considerados como marcados por uma crise econômica prolongada, resultado sobretudo do aprofundamento de alguns problemas estruturais vivenciados pelo país após o primeiro choque do petróleo, em 1973, como o aumento da inflação, o crescimento da dívida interna e externa e a elevação das taxas de juros que ocasionaram a queda nas taxas de investimento e a recessão.<sup>64</sup>

De fato, o que estava em xeque era o próprio modelo de crescimento que, grosso modo, perdurara desde 1930. Em fins dos anos 1970, com o segundo choque do petróleo (1979), uma nova conjuntura internacional tornou mais difícil, num primeiro momento, a obtenção, no exterior, de recursos necessários à manutenção do crescimento nas suas bases então vigentes, mas também dificultou a administração da dívida externa, que sofreu um expressivo crescimento até os primeiros anos da década de 1980. Assim, a economia brasileira parece não apenas ter sofrido forte recessão mas também uma desorganização de seu parque produtivo. De sua parte, o Estado, que no início da década desenvolvia ainda uma ação mais voltada à execução de diretrizes de políticas e de programas a longo termo, torna-se cada vez mais refém da gestão de problemas imediatos como o combate à inflação, a obtenção de resultados positivos no comércio externo, a administração das dívidas interna e externa, entre outros.

Mas, além dos aspectos econômicos, houve também, durante os anos 1980, o aprofundamento de algumas tendências estruturais. É o caso da urbanização, cujas características mais importantes são ainda hoje o crescimento da população urbana nas regiões metropolitanas e, a partir dos anos 80, nas cidades médias, assim como a predominância da migração urbana-urbana.

“Mais concretamente, cerca de 70% dos migrantes têm hoje origem e destino nas cidades, e a maioria deles dirige-se preferencialmente para a metrópole regional mais próxima” (Tolosa, 1991: 471).

64. “Durante a década, a taxa de investimento reduziu-se de 21% (1981) a 16% (1990) de maneira quase ininterrupta” (Ferreira da Silva, 1991: 5).

Para dar uma idéia das dimensões desse fenômeno, mostra-se (ver tabela) a evolução da população das regiões metropolitanas (RM) entre 1980 e 2000. Trata-se de um universo, que, em 2000, remontava a 52,6 milhões de pessoas distribuídas em dez grandes áreas urbanas, dentre as quais se incluem duas "megalópolis": São Paulo, com seus 17,8 milhões de habitantes, e Rio de Janeiro, com 10,8 milhões. Deve-se ainda observar que algumas dessas regiões metropolitanas experimentaram um crescimento particularmente expressivo de população, o caso das metrópoles regionais de Fortaleza (3,5% ao ano na década de 1980 e 2,43% nos anos 1990), Salvador (3,19% nos anos 80 e 2,15% nos anos 90), Belém (3,12% e 2,82%, respectivamente) e, sobretudo, Curitiba (3,03% e 3,17%, nos respectivos anos.)

Tabela 1

Regiões metropolitanas: população total residente por ano selecionado (em mil habitantes) e taxa geométrica de crescimento anual (1980, 1991 e 2000)

	1980	1991	2000	tx. de cresc. 1980-1991	tx. de cresc. 1991-2000
Belém	999,2	1.401,3	1.795,0	3,12	2,82
Fortaleza	1.580,1	2.401,9	2.975,7	3,88	2,43
Recife	2.347,1	2.920,0	3.335,7	2,01	1,50
Salvador	1.766,6	2.496,5	3.018,3	3,19	2,15
Belo Horizonte <sup>65</sup>	2.609,5	3.515,5	4.342,4*	2,75	2,40
Rio de Janeiro	8.772,3	9.814,6	10.872,8	1,03	1,15
São Paulo	12.588,7	15.444,9	17.834,7	1,88	1,63
Curitiba	1.440,6	2.063,6	2.725,6	3,32	3,17
Porto Alegre	2.285,2	3.147,0	3.655,8	2,95	1,70
Brasília	1.176,9	1.601,1	2.043,2 <sup>1</sup>	2,84	2,75
TOTAL	35.566,2	44.806,4	52.599,2	2,12	1,80

Fonte: IBGE — Anuário Estatístico, 1994. IBGE — Anuário Estatístico, 2000.

\* O Anuário Estatístico de 2000 traz a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno, que contava, em 2000, com uma população residente de 2.943.420 habitantes e uma taxa de crescimento anual, entre 1991 (2.149.921 habitantes) e 2000, de 3,59%.

65. O "colar metropolitano" de Belo Horizonte tinha, em 2000, uma população de 469.393 habitantes e apresentou uma taxa média geométrica de crescimento anual, entre 1991 e 2000, de 2,08%.

Já ao final dos anos 1980 o Brasil contava com uma rede de aglomerações urbanas de mais de 15 milhões de pessoas; concentrando-se nelas 40% da população urbana do país. Nessas cidades há uma grande proporção de pobres, quadro particularmente grave nas metrópoles de regiões menos desenvolvidas. As quatro RM com maior concentração de pobres são, por ordem decrescente, Recife com 47,2% de pobres, Fortaleza com 40,7%, Belém com 39,6% e Salvador com 39,0%; pertencendo estas às regiões Nordeste e Norte. Na década de 1990 a proporção média dos pobres nas RM é de 27,9%.<sup>66</sup>

O aumento da informalidade — e, nos anos 1990, também do desemprego —, a redução percentual da força de trabalho protegida pela legislação e a chamada precarização do trabalho aparecem como as características mais importantes do mercado de trabalho brasileiro. Com uma força de trabalho da ordem de 80 milhões de indivíduos, dos quais cerca de 10% estão em situação de desemprego, o panorama dos anos 1990 tem ainda contornos mais dramáticos. Cerca de 1,5 milhão de novos entrantes no mercado de trabalho e uma informalidade crescente, que hoje abarca mais da metade dos trabalhadores ocupados. Alguns estudos têm mostrado que a grande maioria de postos de trabalho atualmente são informais.<sup>67</sup> A precarização das relações de trabalho se alastra pelos diferentes segmentos produtivos e de serviços, acirrando um processo que se origina no século XIX. De outro lado, a despeito desse quadro, a ação do Estado e as políticas de emprego continuam a se balizar tendo por norte a parcela da força de trabalho engajada no setor formal, o que de resto constitui um fator de ampliação das desigualdades entre a mão-de-obra "protegida" e aquela afeita à informalidade.<sup>68</sup>

### 3. Algumas considerações finais

O mercado de trabalho no Brasil, que nasceu em condições bastante peculiares, como observou-se na primeira parte deste artigo, parece consolidar-se depois de 1930 reforçando algumas de suas característi-

66. Ver Rocha (1991: 454).

67. Ver Freitas et al. (1997).

68. Ver Theodoro (1998).



O setor de subsistência dos anos 1800 foi a primeira forma de repositório dos excluídos. Um século mais tarde, observa-se a existência de um contingente considerável da população em situação de pobreza e se reproduzindo principalmente a partir de relações de trabalho não assalariadas, sem proteção, em suma, na informalidade.

Observou-se ainda que o crescimento da população urbana permitiu uma afluência cada vez mais acentuada da população para as grandes cidades, o que provocou, sobretudo nas regiões menos desenvolvidas, uma concentração exacerbada da pobreza. Os problemas urbanos tornam-se cada vez mais graves, especialmente após os anos 1950. A economia brasileira vem assim se caracterizar como um sistema que, ao longo de toda a sua história, tem produzido a exclusão. No que se refere à ação do Estado, parece ter sempre reforçado o *status quo*, em prol do fortalecimento e da consolidação de um modelo de crescimento que concentra fortemente a riqueza de um lado e, de outro, restringe-se à gestão da miséria.

Nesse contexto, e à guisa de conclusão, pode-se resumir, topicamente, como os principais pontos do artigo, os seguintes:

1. Em primeiro lugar, é necessário destacar o papel central do Estado no processo de criação e consolidação de um mercado de trabalho no Brasil. Ao abolir a escravidão sem a adoção de qualquer iniciativa complementar de absorção produtiva dos ex-escravos como força de trabalho livre, ao mesmo tempo que promovia a imigração de mão-de-obra européia, o Estado estabeleceu as bases de perpetuação da exclusão de uma parte importante da população brasileira.

2. Contrariamente ao que afirmam os teóricos estruturalistas, um excedente da força de trabalho já existia antes da Abolição da escravatura; ultrapassando largamente as necessidades do sistema produtivo, tal excedente se localizava fora desse sistema. A história do mercado de trabalho no Brasil esteve sempre permeada pela exclusão, cuja faceta mais problemática emerge na segunda metade do século, com a aceleração do processo de urbanização.

3. Em terceiro lugar, o mercado de trabalho no Brasil apresenta aspectos importantes em termos de uma extrema desigualdade intrínseca: a urbanização acelerada acompanhada de forte concentração da pobreza — em nível regional e também nas grandes cidades —; as diferenças

de renda e de acesso ao emprego em função da origem racial; e a existência de um setor informal de dimensões importantes.

4. Apesar de alguns esforços, mais ou menos isolados, a ação estatal sobre o mercado de trabalho evidenciou-se sempre marcada pela idéia do crescimento econômico como a única política de emprego relevante. O Estado assumiu, de fato, uma posição de co-responsabilidade no que se refere à manutenção das desigualdades e suas conseqüências: a pobreza, o desemprego, a informalidade. É a forma mesma de reprodução da sociedade, ou, dito de outro modo, a maneira como se realiza a sua regulação, que parece estar no centro da questão. Se, de um lado, o Estado conseguiu forjar as bases da organização do assalariamento no país, este, por seu turno, não se universalizou. Uma parte significativa da força de trabalho manteve-se fora do assalariamento, reproduzindo assim a pobreza. De outro lado, a ação estatal junto aos pobres não se organizou em prol do combate às desigualdades nem tampouco em prol da mudança. Pela via da "gestão da pobreza", assegurou-se uma "modernização sem mudança".

Finalmente, como uma observação derradeira e de caráter prospectivo no que se refere ao futuro do mercado de trabalho, deve-se considerar a questão da redefinição da inserção internacional das economias subdesenvolvidas diante do processo de globalização e de mundialização da produção. Nesse sentido, é necessário destacar o papel cada vez mais importante das novas tecnologias, permitindo taxas de crescimento da produção sem aumento correspondente do emprego. No caso de países cujas taxas de crescimento da força de trabalho atingem níveis elevados, como no Brasil, engendra-se uma perspectiva real de aumento das atividades informais assim como das taxas de desemprego. Dessa forma, a necessidade de uma ação estatal efetiva para enfrentar (e reverter) esses problemas parece ser cada vez mais premente.

## Referências bibliográficas

- ANDRADE, Manuel Correia de. *Recife: Problemática de uma metrópole de região subdesenvolvida*. Recife, UPE, 1979.
- BOSI, Alfredo. *A dialética da colonização*. 3. ed. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

ANOS 2000

→ P. Gov. Lula?

- CAMARGO, Aspásia A. A questão agrária: crise de poder e reformas de base (1930-1964), in FAUSTO, B. (org.). *História geral da civilização brasileira*, 2. ed. São Paulo, Difel, t. III, v. 3, 1983.
- CANO, Wilson. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. São Paulo, T. A. Queiroz, 1977.
- CARDOSO Fernando Henrique. Dos governos militares a Prudente Campos Sales, in: FAUSTO, B. (org.). *O Brasil republicano*. São Paulo, Difel, t. III, v. 1, 1975.
- \_\_\_\_\_. As idéias e seu lugar: ensaios sobre as teorias do desenvolvimento, in: *Cadernos Cebrap*, n. 33. Petrópolis, Vozes, 1980.
- CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. *Dépendance et développement en Amérique Latine*. Paris, PUF, 1978. (Col. Politiques.)
- CARDOSO, F. H.; PINTO, A.; SUNKEL, O. *El pensamiento de la Cepal*. Santiago, Editorial Universitaria, 1969. (Col. Tiempo Latinoamericano.)
- CARDOSO DE MELLO, J. M. *O capitalismo tardio: contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira*. 8. ed. São Paulo, Brasiliense, 1990.
- CARDOSO, Miriam Limoeiro. *Ideologia do desenvolvimento — Brasil: JQ-JK*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.
- CASTEL, Robert. *Les métamorphoses de la question sociale: une chronique du salariat*. Paris, Fayard, 1995. (Col. L'espace du politique.)
- CHESNAIS, François. *La mondialisation du capital*. Paris, Syros, 1994. (Col. Alternatives Économiques.)
- COSTA, Emília Viotti da. Urbanización en el Brasil del siglo XIX, in de SOLANO, F. (coord.). *Estudios sobre la ciudad iberoamericana*. 2. ed. Madrid, CSIC, 1983.
- \_\_\_\_\_. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. 5. ed. São Paulo, Brasiliense, 1985.
- DIEESE. *O desemprego e as políticas de emprego e renda*. Pesquisa Dieese, n. 10, São Paulo, 1994.
- DINIZ C. C.; LEMOS M. B. Dinâmica regional e suas perspectivas no Brasil, in *Para a Década de 90: prioridades e perspectivas de políticas públicas*, v. 3, IPEA, Brasília, 1990.
- DONZELOT, J.; ROMAN, J. Le déplacement de la question sociale, in DONZELOT, J. (dir.). *Face à l'exclusion: le modèle français*. Paris, Espirit, 1991. (Série Société.)
- DRAIBE, Sônia. *Rumos e metamorfoses — Um estudo sobre a constituição do estado e as alternativas de industrialização no Brasil: 1930/1960*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985. (Col. Estudos Brasileiros.)

- EISENBERG, Peter L. *A modernização sem mudança: a indústria açucareira em Pernambuco, 1840-1910*, trad. João Maia. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
- FAORO, Raimundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 4. ed., Porto Alegre, Globo, v. 1 e 2, 1977.
- FAUSTO, Bóris. *História do Brasil*. 2. ed., São Paulo, Edusp, 1995.
- FERNANDES, Florestan. *The negro in brazilian society*. New York, Columbia University Press, 1969.
- FREITAS P. S. e MONTAGNER, P. et al. *Evolução das inserções ocupacionais na região metropolitana de São Paulo, 1988/96*. Brasília, Ipea, n. 12/97, 1997. (Série Seminários.)
- FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 10. ed. São Paulo, Ed. Nacional, série 2 — Ciências Sociais, v. 23, 1970. (Col. Biblioteca Universitária.)
- \_\_\_\_\_. *Pequena introdução ao desenvolvimento: enfoque interdisciplinar*. São Paulo, Ed. Nacional, 1980.
- \_\_\_\_\_. *A fantasia organizada*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.
- \_\_\_\_\_. *A fantasia desfeita*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989.
- GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. 2. ed. São Paulo, Ática, n. 29, 1978. (Col. Ensaaios.)
- \_\_\_\_\_. *A escravidão reabilitada*. São Paulo, Ática, v. 23, 1990. (Série Temas.)
- HASENBALG, Carlos Alfredo. *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Rio de Janeiro, Graal, v. 10, 1979. (Biblioteca de Ciências Sociais, série Sociologia.)
- HOFFMANN, Helga. *Desemprego e subemprego no Brasil*. 2. ed., São Paulo, Ática, n. 24, 1980. (Col. Ensaaios.)
- IBGE. Anuários Estatísticos.
- \_\_\_\_\_. Censos Demográficos.
- \_\_\_\_\_. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio — PNAD.
- \_\_\_\_\_. Pesquisa Mensal de Emprego — PME.
- KOWARICK, Lúcio. *Capitalismo e marginalidade na América Latina*. 2. ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977. (Col. Estudos Latino-americanos.)
- \_\_\_\_\_. *Trabalho e vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil*. 2. ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1994.
- LAMOUNIER, Maria Lúcia. *Da escravidão ao trabalho livre (a lei de alocação de serviços de 1879)*. Campinas, Papirus, 1988.
- LEWIS W. A. *Economic development with unlimited supply of labor*. Manchester School of Economic and Social Studies, n. 22, GB, mai. 1954.

- MARQUES-PEREIRA, Jaime. *Marché du travail, protection sociale et développement à l'heure de la globalisation: Un jeu de miroirs Europe/Amérique Latine*, in: BIZBERG, I. & MARQUES-PEREIRA, B. (coords.). *La citoyenneté sociale en Amérique Latine*. Paris, L'Harmattan, 1995.
- MATOSO, K. M. de Queirós. *Bahia: a cidade de Salvador e seu mercado no século XIX*. São Paulo, Hucitec, 1978.
- MARX, Karl. *O capital*. 5. ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, livro I, v. II, 1980.
- NUN, José. Superpopulação relativa, exército industrial de reserva e massa marginal, in: PEREIRA, L. *Populações marginais*. São Paulo, Duas Cidades, 1978.
- OLIVEIRA, F. A economia brasileira: crítica à razão dualista, in: *Questionando a economia brasileira*. 3. ed. São Paulo, Cebrap/Brasiliense. (Seleções Cebrap, v. 1.)
- \_\_\_\_\_. *A economia da dependência imperfeita*. 3. ed., Rio de Janeiro, Graal, v. 1, 1980. (Col. Biblioteca de Economia.)
- PEREIRA, Luiz (org.). *Subdesenvolvimento e desenvolvimento*. 3. ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1976. (Col. Biblioteca de Ciências Sociais.)
- PRADO JÚNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1945.
- PREBISH, Raul. *Dinâmica do desenvolvimento latino-americano*. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1964. (Série Perspectivas do Nosso Tempo.)
- PROCACCI, Giovanna. *Gouverner la misère. La question sociale en France (1889-1948)*, Paris, Seuil, 1993.
- ROCHA, Sônia. Pobreza metropolitana: balanço de uma década, in: *Perspectivas da economia brasileira — 1992*. Rio de Janeiro, Ipea, 1991.
- \_\_\_\_\_. *Renda e pobreza: os impactos do Plano Real*. Rio de Janeiro, Ipea, 1996. (Texto para Discussão, n. 439.)
- ROSTOW, W. W. *The stages of economic growth: a non-Communist Manifesto*. Massachusetts, Cambridge University Press, 1960.
- SANTOS, Milton. *A cidade nos países subdesenvolvidos*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1965.
- \_\_\_\_\_. *Pobreza urbana*. 2. ed. São Paulo, Hucitec, 1979. (Col. Estudos Urbanos.)
- SANTOS, Ronaldo Marcos dos. *Resistência e superação do escravismo na província de São Paulo (1885-1888)*. São Paulo, IPE/USP, 1980. (Col. Ensaio Econômicos n. 5.)
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Cidadania e justiça: a política social na ordem brasileira*. 2. ed. Rio de Janeiro, Campos, 1987.

- SINGER, Paul. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*. São Paulo, Nacional/Editora da Universidade, 1968. (Biblioteca Universitária, série 2, Ciências Sociais, v. 22.)
- \_\_\_\_\_. O Brasil no contexto do capitalismo internacional — 1889-1930, in: FAUSTO, Bóris (org.). *O Brasil republicano*. São Paulo, Difel, t. III, v. 1, 1975.
- \_\_\_\_\_. *Desenvolvimento e crise*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, v. 16, 1977. (Col. Estudos Brasileiros.)
- TAVARES, Maria da Conceição. *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro: ensaios sobre a economia brasileira*. Rio de Janeiro, Zahar, 1973.
- TAVARES, M. C.; BELLUZZO, L. G. M. Desenvolvimento no Brasil — relembrando um velho tema, in: BIELSCHOWSKY, R.; MUSSI, C. (orgs.). *A política para a retomada do crescimento — reflexões de economistas brasileiros*. Brasília, Ipea/Cepal, 2002.
- THEODORO, Mário. *Atividades informais no Grande Recife: o caso dos profissionais autônomos de reparação e/ou reforma na construção civil*. Recife, CME/PIMES, UFPe, 1987. (Dissertação de Mestrado.)
- \_\_\_\_\_. A formação do mercado de trabalho do Recife pré-Sudene — alguns aspectos históricos, in: *Cadernos de Estudos Sociais*. Recife, Fundaj, v. 6, n. 2, jul./dez. 1991.
- \_\_\_\_\_. Mercado de trabalho, exclusão e ação do estado: os limites do sistema público de emprego no Brasil, in: *Revista SER Social*. Brasília, UnB, n. 3, jul./dez. 1998.
- \_\_\_\_\_. *O estado e os diferentes enfoques sobre o informal*. Brasília, Ipea, n. 919, 2002. (Texto para Discussão.)
- TOKMAN, Victor. Las relaciones entre los sectores formal et informal. Una exploración sobre su naturaleza, in: *Revista de la Cepal*. Santiago, Cepal, 1º sem., 1978.
- TOLOSA, Hamilton C. Condicionantes da política urbana na década de 90, in: *Perspectivas da economia brasileira — 1992*. Rio de Janeiro, IPEA, 1991.